

Uma base de dados para membros de carreiras técnicas: estudo sobre os promotores públicos do Rio Grande do Sul (1930-1964)

Marcelo Vianna*

maverian1@gmail.com

Resumo

O presente artigo visa a apresentar o uso de recursos informatizados na produção de uma pesquisa histórica relacionada à formação do Ministério Público do Rio Grande do Sul e os perfis de seus agentes públicos entre os anos de 1930 e 1964. Nosso objetivo é discutir o processo de organização de uma base de dados aplicada para o problema de pesquisa, envolvendo o levantamento de fontes e definição de registros assim como os recursos aplicados na análise de dados. Por fim, serão apresentadas algumas análises a partir dos resultados extraídos da base de dados, de modo a demonstrar as contradições entre o modelo de promotor público defendido pela instituição e os indivíduos que nela atuavam.

Palavras-chave

Elites jurídicas; Base de dados; Prosopografia

A database for members of technical careers: study on Public Prosecutors in Rio Grande do Sul (1930-1964)

Abstract

This article discuss the application of computerized resources in historical research related to the formation of Public Attorney of Rio Grande do Sul and the social profiles of its public agentes from the 1930's until 1964. The objective is to present the process of organizing a databse applied to the research problem, involving analysis of sources and definition of records as well as the resources applied in the analysis of data. Finally, some analysis will be presented from the results extracted from the database, in order to demonstrate contradictions between the model of public prosecutor and the individuals who worked on Public Attorney.

Keywords

Legal Elites; Databases; Prosopography

Pode-se dizer que as primeiras experimentações computacionais no país envolveram, de certa forma, o conhecimento histórico. Para a cerimônia de inauguração do Centro de Processamento de Dados (CPD) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (primeira universidade no Brasil a adquirir um computador), dotado de um imponente computador Burroughs Datatron 205¹, os técnicos elaboraram por meses um programa de perguntas e respostas relacionadas à História do Brasil a fim de impressionar os convidados, entre eles o presidente Juscelino Kubitschek e o futuro Papa Paulo VI. No dia da cerimônia, 13.06.1960, tudo pareceu transcorrer bem: conforme combinado, o presidente fez a questão por escrito ao computador: “Qual o acontecimento de maior relevo acontecido no Brasil nos últimos tempos?” Para sua satisfação, conagração dos presentes e alívio dos técnicos, a impressora fez surgir como resposta “A inauguração de Brasília”. Após algumas experimentações, um dos acompanhantes, Pedro Calmon, imponente decano da Faculdade de Direito da PUCRIO, provavelmente receoso em ver diminuída sua sabedoria diante do artefato valvulado, adiantou-se entre os convivas e resolveu desafiá-lo. O insuspeito repórter assim relatou a cena:

O Professor Pedro Calmon, autoridade em História, perguntou: ‘O que aconteceu a 9 de fevereiro de 1894?’ E virando-se para a reportagem que o acompanhava: ‘A máquina terá de responder que nesta data ocorreu o combate da Armação, na Revolta da Marinha’. Todavia, a

resposta foi bem diferente: ‘O acontecimento marcante de fevereiro de 1894 foi a inauguração da Confeitaria Colombo, no Rio de Janeiro...’²

Felizmente Informática e História se desenvolveram permitindo vislumbrar o uso do computador para além de uma História episódica, ainda que algumas formas de *quizzes*³ possam persistir na Internet. Nem sempre os dois campos de conhecimento andaram juntos nestes avanços, embora haja um reconhecimento de que a popularização dos computadores a partir dos anos 1980 e o desenvolvimento dos *softwares*, como planilhas eletrônicas e bases de dados relacionais, acompanhadas de *interfaces*⁴ “amigáveis”, permitiram que os historiadores – ainda que com resistências – passassem a incorporar as tecnologias ao seu *métier* (LEWIS, 2013; TAVARES, 2012). Independentemente da filiação teórico-metodológica do historiador, o pesquisador adaptou-se pelo menos aos princípios mais básicos das tecnologias computacionais, lendo documentos fotografados com sua máquina digital ou prospectados em arquivos virtuais, manuseando seu processador de texto e alocando dados em uma planilha eletrônica, socorrendo-se de consagrados *softwares* comerciais (Microsoft Office), normalmente disponibilizados em suas máquinas.

No entanto, o que iremos propor aqui é um exercício crítico sobre a aplicação do computador e seus softwares na produção histórica⁵. Trata-se de reivindi-

¹ Computador de primeira geração (válvulas), adquirido pela PUCRIO em 1960.

² História do Brasil pelo Cérebro Eletrônico. O Globo, 14.06.1960. Acervo Digital do jornal O Globo. Grifos nossos

³ Jogos de questionário, normalmente centrado em um tema ou assunto, no qual os participantes demonstram seus conhecimentos. Um popular quiz dos anos 1980 era o jogo Master, da Grow, uma licença do jogo *Trivial Pursuit*, da Hasbro.

⁴ Trata-se de um elemento mediador entre o sistema informatizado e o usuário. As interfaces gráficas presentes em sistemas operacionais (como Microsoft Windows), com ícones, janelas e menus, acessíveis através de mouses, teclados e touchscreen são exemplos dessa interação.

⁵ De início, é possível refletir aqui que algumas transformações experimentadas nos anos 1960 e 1970 no campo da Informática (como a miniaturização dos componentes eletrônicos – criação dos minicomputadores nos anos 1960, o desenvolvimento da indústria de software a partir de 1969 e da criação do circuito integrado em 1972) progressivamente deixaram seus artefatos tecnológicos mais acessíveis em termos de preços e uso. Isso se traduziu em uma maior voz aos usuários, reduzindo o poder (pautado na *expertise*) dos técnicos da Informática: essa dimensão é perceptível nos anos 1960, no qual *mainframes* (computadores de grande porte) de universidades estavam restritos a usos compartilhados, comandados por técnicos de CPDs. O papel do historiador, que por ventura buscasse se valer desses recursos, muitas vezes deveria submeter-se à “tradução” do CPD, criando as verdadeiras “adaptações” no qual a *expertise* do historiador não é válida. Atualmente, o historiador enfrenta dilemas parecidos, por exemplo, quando tem que adaptar seus dados em planilhas eletrônicas, mas é indiscutível que ele tem uma maior autonomia para encontrar suas próprias soluções e fazer valer sua expertise na produção do conhecimento histórico através do computador.

car um pouco da *expertise* do historiador para melhor usufruir as potencialidades que estes artefatos tecnológicos (eles próprios produtos sociais) podem proporcionar, produzindo novos sentidos a uma pesquisa. Para isso, vamos abordar o uso de uma base de dados para subsidiar nosso estudo sobre o processo de institucionalização do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) entre os anos de 1930 e 1964. Para essa pesquisa, foi exigido levantarmos, a partir de uma variedade de fontes documentais e orais, um grande número de dados envolvendo um corpo expressivo de agentes (chamados à época de promotores públicos e procuradores do Estado)⁶ que demandou, entre outras metodologias, o emprego da prosopografia (VIANNA, 2011; 2013).

Para historiadores que manipulam um grande número de fontes, sem dúvida, uma base de dados pode auxiliar trabalhos de pesquisa. Porém, se sua finalidade “é administrar e armazenar dados obtidos em fontes primárias com vistas a produzir conhecimento histórico” (BARLETA, 2015, p.161), não se trata apenas de arquivar volumes de documentos (por vezes penosamente obtido por meses de prospecção). No caso da prosopografia, definida por Lawrence Stone como um processo de “investigação das características comuns de um grupo de atores na história por meio de um estudo coletivo de suas vidas” (2011, p.115), a constituição de uma base com dados uniformes sobre um universo de indivíduos e questões, tais como origens sociais e ocupação profissional, é imprescindível para orientar o estudo. Ainda para o autor, o processo foi facilitado pela incorporação dos computadores no ambiente de pesqui-

sa, possibilitando dar conta do grande volume de dados envolvidos nos estudos prosopográficos. Essa percepção fez com que desde os anos 1970 pesquisadores europeus e norte-americanos passassem a debater formas de organização de suas bases através da Informática (CNRS, 1984; COCAUD, 1994).

Para K. Keats-Rohan, esses esforços permitiram formar uma linguagem comum aos historiadores da área a fim de aprimorar suas análises, intercambiando informações (2000, p.9). Em seu notável manual sobre bases de dados no campo historiográfico, Tiago Luís Gil entende que as bases de dados oportunizam uma “forma de narrativa histórica” (2015b, p.12), de modo a organizar a complexidade do social para as tabelas de um sistema informatizado, arquitetado e utilizado pelo pesquisador, conforme seu arcabouço teórico e metodológico. Para o autor, isso irá refletir-se como as bases de dados serão instituídas em uma pesquisa, como as centradas na resolução de um problema de pesquisa (*method-centred*, bases “analíticas”) e as que se orientam pelas fontes, armazenando registros de tipos documentais que pretende suportar (*source-centred*, bases “empíricas”). Independente das opções, a formação de uma base de dados sempre irá “escancarar nossas posições teóricas mais ocultas” (GIL, 2015b, p.10), originando cruzamentos, reordenamentos e outras ações, para solucionar os problemas de pesquisa propostos pelo historiador.

O que vamos apresentar aqui é uma experiência sobre uma base de dados relacional muito simples batizada de ABDON⁷. Trata-se de uma base mais próxima do modelo “analítico”, que preparamos para acompa-

⁶A carreira envolve a passagem por promotorias de 1.ª a 4.ª entrância, normalmente divididas em pequenas localidades no interior do Rio Grande do Sul (1.ª) até alcançar Porto Alegre (4.ª). A partir da 4.ª entrância, os promotores estão habilitados a serem promovidos para Procurador do Estado, cargo de 2.ª instância, cuja atuação é exercida nas Câmaras Criminais e Cíveis do Tribunal de Justiça. Para o período, havia certa indistinção da atuação dos integrantes do MPRS em defesa da sociedade e do Estado, sendo que essa divisão somente se consolidaria em 1979, com a criação da Procuradoria-Geral do Estado, órgão completamente independente do MPRS.

⁷A base homenageia Abdon de Mello, atuante entre 1920 e 1955, que foi um dos primeiros agentes do MPRS a organizar a instituição e estruturar a carreira de promotor público, valorizando-a.

nhar o processo de institucionalização do MPRS ao longo de 34 anos. No entanto, como veremos posteriormente, buscamos incorporar o maior número de registros das fontes. Assim, iremos apresentar o objeto e o problema de pesquisa referente à História do MPRS; o levantamento das fontes e da concepção da base de dados; alguns recursos eletrônicos também serão apresentados, pois contribuíram para potencializar as operações de acúmulo e análise dos dados. Por fim, alguns exemplos possíveis de serem retirados da base de dados.

O Ministério Público do Rio Grande do Sul e seus agentes

O MPRS tem suas origens contemporâneas entre 1930 e 1964. Nesse período, caracterizou-se a “reconversão de segmentos da elite social portadores do título de bacharel para o mundo jurídico” (ENGELMANN, 2001), fortalecendo o campo jurídico no Rio Grande do Sul, o que beneficiou a estruturação do *Parquet*⁸ e a afirmação da profissão do promotor público. No espaço de 34 anos, o MPRS foi libertando-se das interferências diárias do Poder Executivo para dar lugar a um órgão dotado de relativa autonomia e com recursos materiais próprios. Nesse período, seus agentes passaram a desfrutar de uma carreira organizada através de concursos públicos, que garantiram estabilidade e autonomia no desempenho de suas funções. Mais do que isso, não só benesses materiais foram alcançadas, mas um maior reconhecimento nos campos jurídico, social e político de sua importância, além de fortalecer um *ethos*⁹ profissional capaz de justificar as ações dos promotores ao longo das suas trajetórias.

Os movimentos de centralização do poder estatal a partir da Revolução de 1930 contribuíram para estabelecer uma modernização conservadora (DINIZ, 1999), acomodando parcelas da elite regional e, ao mesmo tempo, estabelecendo critérios racionais e meritocráticos para administração pública. Em alguns estados, como Rio Grande do Sul, oportunizou-se que os agentes do MPRS trabalhassem para fortalecer a própria instituição, até então um espaço para obtenção de favores políticos, gerando o processo de institucionalização. O sucesso do empreendimento gerou uma “herança” organizacional, que por sua vez movimentou seus agentes em conquistas corporativas nas décadas seguintes. Isso permitiu perceber a ascensão e ocaso de uma geração de promotores públicos aprovados pelo primeiro concurso público, em 1941, e que compuseram a primeira elite institucional predominante até o final dos anos 1960.

Um dos problemas da pesquisa então consistia em responder quem eram os indivíduos que compunham o MPRS. Sem recorrermos aos grandes nomes e feitos, teríamos que buscar dados para se tentar compreender um pouco mais os perfis sociais e a atuação desses agentes na instituição, assim como se relacionavam com outros agentes em diferentes espaços sociais.

A vantagem de se estudar os agentes de uma instituição é justamente ter por objeto um universo relativamente fechado e formalizado. Para um grupo social em que boa parte de suas informações pessoais são fragmentárias, mas em que é possível acumular características comuns e cruzá-las, a prosopografia pareceu uma boa proposta para identificar os capitais e recursos exigidos para o recrutamento dos membros da instituição e

⁸ Outra denominação do Ministério Público oriundo da França no século XVIII, alusivo ao fato do promotor atuar em pé em tribunais (“magistratura de pé”) em distinção aos juízes (“magistratura sentada”). Os membros do MP passaram a usar o termo *Parquet* como forma de identificação e valorização da atividade.

⁹ Conforme Pierre Bourdieu, o *ethos* seria um “sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados” (BOURDIEU, 2007, p. 42), o que orienta um grupo social em suas interações no campo.

formar perfis, conforme o grupo analisado (STONE, 2011; CHARLE, 1989; 2006; HEINZ, 2006). A reunião dos dados permite vislumbrar indivíduos que ficaram pelo caminho, aqueles que tiveram uma ascensão mais rápida e, obviamente, aqueles que comporiam a elite institucional do MPRS.

As fontes para base de dados

A primeira operação foi justamente conhecer as fontes disponíveis para elaborar a base de dados AB-DON. Trata-se de um requisito óbvio, como observa Tiago Gil (2015b), pois, sem conhecê-las, não é possível entender suas potencialidades e seus limites. No caso do MPRS, o arquivo mantido pela Divisão de Documentação/Unidade de Arquivo possibilitou acessar fontes documentais muito organizadas, que facilitou o trabalho de pesquisa. Elaboramos um quadro que demarca, muito sinteticamente, os principais tipos documentais obtidos que serviriam para alimentar a base de dados:

Fontes institucionais	Fontes externas
Fichas/dossiês funcionais de integrantes (P) Base de dados virtual sobre carreira (S) Relatório de atividades nas promotorias (P) Livros posse de promotores (P) Revista do Ministério Público (P) Correspondências recebidas e expedidas (P) Atas do Conselho Superior do MP (CSMP) ¹⁰ (P) Processos administrativos, sindicâncias (P) Memória oral (P) Livros institucionais (P, S)	Biografias (S) Livros de memórias, histórias de municípios (P, S) Publicações próprias (jurídicas, poesias) (P) Dicionários biográficos (S) Fontes jornalísticas (P,S) Informações institucionais de outros órgãos (P, S) Listagens de formandos (P, S) Publicações em geral (jurídicas ou não) (P, S)

Tabela 1 – Tipos documentais empregados para construção de base de dados do MPRS
 Fonte: levantamento do autor. Legenda: (P) primárias, (S) secundárias

Nossa prospecção permitiu conhecer melhor as fontes e constituir um corpo seriado de dados intercambiáveis. Deles, as chamadas fichas ou dossiês funcionais (imagem 1) foram primordiais: documentos organizados a partir de 1939, contemplaram boa parte do número de promotores atuantes no MPRS no espaço de 34 anos. Foram fontes fidedignas (do ponto de vista institucional), tendo em vista que registravam as atividades dos membros da instituição. Nelas temos, além dos dados pessoais, informações sobre suas famílias, eventuais trajetórias pré-MPRS, promotorias ocupadas, promoções por merecimento ou antiguidade¹¹, vencimentos e pedidos de auxílio, punições e elogios, cargos públicos eletivos ou não ocupados. Até mesmo a indelectível fotografia ³/₄ estava em parte das pastas.

¹⁰Previsto no artigo 134 da Constituição Estadual de 1946, regulamentado pela Lei n.º 115, de 15.12.1947, o Conselho Superior do MPRS (CSMP) era formado pelo Procurador-Geral do Estado e representantes eleitos da classe (até 1961) ou os mais antigos da instituição (a partir de 1961). Entre suas funções, o Conselho definia as promoções na carreira e, até o surgimento da Corregedoria em 1959, promovia sindicâncias e estabelecia orientações aos promotores públicos. O Conselho era um formidável espaço de poder e prestígio, já que tinha influência sobre a trajetória dos promotores públicos. Isso levava o Conselho também ser um local de conflitos, com acirradas disputas políticas entre membros identificados com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e membros ligados a correntes antipetebistas, como os libertadores (militantes do Partido Libertador) (VIANNA, 2013).

¹¹A trajetória institucional de um membro do MPRS na instituição no período estudado demarca dois tipos de promoção – por antiguidade na carreira e por merecimento, através dos votos dos membros do Conselho Superior do MP.



Imagem 1 – Capa dossiê funcional (modelo 1939, manuscrito)
 Fonte: Arquivo do MPRS.

Os dossiês nos permitiram identificar os membros do MPRS a partir de 1939, deixando lacunas em relação ao período anterior – um indício da desorganização administrativa e das incertezas que os promotores experimentaram durante o governo Flores da Cunha (1930-1937). Duas fontes institucionais resolveram o problema – os livros de posse de agentes do MPRS e a publicação editada em 1943 por Abdon de Mello (ex-Procurador-Geral do Estado entre 1941 e 1947), *O Ministério Público Riograndense (Subsídios para a sua História)*, que incumbiu sua equipe de levantar informações sobre os promotores no interior do Rio Grande do Sul, ainda que com várias incorreções (posteriormente sanadas). Foi alcançado o universo de 328 nomes¹². Como precisávamos obter alguns pontos de comparação, também incluímos agentes atuantes nos anos 1920, chegando a 366 nomes.¹³

Obviamente que os dossiês tinham importantes limites – não continham atividades detalhadas, como

por exemplo, a produção do promotor na localidade (oferecimento de denúncias, pedidos de arquivamento, apelações) e sua formação acadêmica. Dependente dos humores dos administradores ao longo do MPRS, a existência eventualmente era reduzida a uma mera folha datilografada. Relatórios de atividades e processos administrativos completaram lacunas deixadas pelas fichas funcionais. Ainda reunimos notícias de jornais, dicionários biográficos, discursos parlamentares, memórias compartilhadas com o Projeto Memória do MPRS¹⁴ ou com o autor da pesquisa. Essas informações, decompostas em dados quantificáveis para pesquisa, permitiriam levantar numerosas hipóteses sobre a vida social do promotor público e suas ações/relações frente demais agentes do campo jurídico, comunidade local e políticos.

A base relacional

A partir dos dossiês funcionais do MPRS, podemos criar a base eletrônica que desejávamos. O trabalho foi definir o que seria repassado à nossa base ABDON, levando-se em conta uma série de condicionantes (problemas de pesquisa, tempo disponível, novas fontes, cruzamentos...). A principal vantagem foi que as fontes permitiram estruturar um princípio de dados quantificáveis capazes de serem coligidos a fim de, no mínimo, produzir perfis coletivos de agentes atuantes do MPRS, e possibilitando perceber padrões para um sucesso ou fracasso na carreira.

Dimensões	Informações
Dados pessoais	Nome; Local e data de nascimento; Dados sobre pais e descendentes; falecimento
Escolar/acadêmica	Formação; Ano de formação; Especializações Docência (Faculdades de Direito)
Vida funcional pré-MPRS	Atividades; Data e local
Institucional	Dados concurso; Data de posse; Promotorias; Designações e substituições; Diárias; Promoções; Menções a promoção por merecimento; Votos para o CSMP; Elogios e punições; Licenças, aposentadorias; Movimento processual
Política	Cargo obtido (eletivo ou não); Data e tempo de afastamento; ações como político que reverteram ao MPRS
Outros espaços	Homenagens; atividades beneficentes (docência, recuperação de presos, palestras, associações); Ingresso na magistratura; publicações

Tabela 2 – Algumas informações possíveis de serem convertidas para a base de dados
 Fonte: Levantamento do autor.

Uma boa base de dados, acreditamos, é aquela que seja adaptável às condições de escala que o historiador enfrenta em sua pesquisa. Numa perspectiva institucional e de longa duração (para o estudo), os 34 anos de análise histórica do MPRS passaram pela trajetória coletiva de seus 328 agentes “determinados” a sobreviver nesse espaço. Mas deve ser possível fechar um período (Estado Novo), priorizar um grupo (os *founding fathers*), focar os “desagradáveis” dissidentes e, porque não, um simples promotor.

Essa operação de conversão em uma base de dados, todavia, não foi “automática”. Edson Armando Silva observou o problema da “formalização dos documentos”: extrair informações de uma fonte e passá-las por uma dura adaptação nas bases de dados, que implicavam a submissão do historiador e seus dados a modelos pré-estabelecidos, poderiam levar a resultados em nada significativos, uma “trabalhosa constatação do óbvio” (1998, p.169). Trata-se de um risco que nem sempre é ponderado pelos historiadores: “pode-se escrever a vida de um indivíduo?” indagava Giovanni Levi (2001, p. 169). Como organizar a base para de forma a não perder os indivíduos fragmentados em dados nela?

Pierre Bourdieu foi uma referência para pensarmos o problema, pois permite abordar o objeto de pesquisa (os agentes do MPRS e seu processo de institucionalização) e a própria originalidade da base de dados. O autor é taxativo sobre a impossibilidade do projeto biográfico dada à multiplicidade de experiências do indivíduo nos diferentes espaços sociais em uma vida¹⁵.

O elo dessas experiências seria o nome, segundo o autor:

*Por essa forma inteiramente singular de nomenclatura que é o nome próprio, institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vidas possíveis. É o nome próprio “Marcel Dassault”, com a individualidade biológica da qual ele representa a forma socialmente instituída, que assegura a constância através do tempo e a unidade através dos espaços sociais dos diferentes agentes sociais que são a manifestação dessa individualidade nos diferentes campos, o dono de empresa, o dono de jornal, o deputado, o produtor de filmes, etc.; e não é por acaso que a assinatura, *signum authenticum* que autentica essa identidade, é a condição jurídica das transferências de um campo a outro, isto é, de um agente a outro, das propriedades ligadas ao mesmo indivíduo instituído. (BOURDIEU, 2001, p.186-187; grifos nossos)*

Essa percepção é válida porque reconhece nos agentes do MPRS capacidade de se deslocar nos diferentes espaços sociais, enquanto constroem o seu reconhecimento assim como contribuem para fortalecer (ou minar) o processo de formação da instituição.

A transposição desse pensamento para a organização de uma base de dados é possível se reconhecido o método relacional como um recurso não meramente técnico, mas como “mediador” na relação dialética entre o historiador e suas fontes (GREENSTEIN, 1989). Esse método foi idealizado por Edgar Codd no início de 1970, como uma alternativa aos *softwares* de modelo hierárquico e navegacional¹⁶, no qual fazer consultas específicas era de difícil execução dada a complexidade

¹²Por motivos operacionais, não incluímos promotores do concurso público de 1963 (não encontramos as informações a tempo para a pesquisa).

¹³Nossa base atualmente comporta 442 nomes, pois incluiu após a conclusão da pesquisa, novas levas de promotores anteriores a 1930, procuradores do Estado do RS no Rio de Janeiro, consultores jurídicos, etc, mas o *corpus* central (promotores e procuradores entre 1930 e 1962) não foi alterado.

¹⁴Atual Memorial do MPRS, foi criado pelo provimento da Procuradoria-Geral de Justiça do RS n.º 16, em 09.08.2000. A proposta foi instituir um espaço de memória institucional, de modo reforçar a importância social do MPRS através dos tempos.

¹⁵O relato, seja ele biográfico ou autobiográfico, como o do investigado que ‘se entrega’ a um investigador, propõe acontecimentos que, sem terem se desenrolado sempre em sua estrita sucessão cronológica (...), tendem ou pretendem organizar-se em sequências ordenadas segundo relações inteligíveis.

¹⁶É possível pensarmos aqui essas bases como arquivos de fichários, nos quais todas as informações se encontram em uma única tabela e que, para chegarmos a determinada informação, devemos navegar por ela. O sistema de navegação de nossos arquivos do computador (Explorer, se falarmos de Windows) seria um exemplo. O cruzamento de informações, portanto, torna-se complexo.

da estrutura de dados. Codd possibilitou que dados entre tabelas distintas pudessem se comunicar através do conceito de chave-primária¹⁷, um elo comum capaz de interligá-las. A partir dele, é possível um relacionamento¹⁸ entre tabelas, o que promove uma maior flexibilidade na construção e manutenção de bases, proporcionando economia de recursos computacionais e maior poder do usuário frente ao especialista. As bases de dados relacionais alcançaram popularidade nos anos 1980 e própria linguagem SQL¹⁹, baseada no método relacional, tornou-se padrão nos sistemas contemporâneos (CAMPBELL-KELLY, 2003).

Valendo-se da estrutura do programa Filemaker²⁰, propusemos que diferentes esferas de atuação do agente do MPRS compusessem tabelas²¹, responsáveis por acumular séries de dados organizados em campos, quantificáveis ou não. Cada tabela continha um aspecto da vida social (institucional, política, acadêmica...) de um agente do MPRS, que, de certo modo, correspondem a diferentes espaços sociais (imagem 2).

Por exemplo, a passagem por um cargo político corresponderia à inclusão destas informações na tabela “Trajetória política” (imagem 3), com os seus devidos campos (data de eleição, posto alcançado, votos, partido, de quem foi “apadrinhado”, acontecimentos...). Cada preenchimento consiste assim em um registro, fazendo com que uma tabela possua tantos registros conforme a carreira do promotor no campo político.

Field Name	Type
♣ Código promotor	Number
♣ Cargo político	Text
♣ Partido	Text
♣ Data de entrada	Date
♣ Data de saída	Date
♣ Votos	Number
♣ Padrinho Grupo	Text
♣ Localidade Base Eleitoral	Text
♣ Projetos de interesse MPRS	Text
♣ Observacoes gerais Evento	Text
♣ Tempo no cargo	Calculation

Imagem 3 - Exemplo estrutura Tabela Filemaker “Trajetória Política”, com 11 campos.

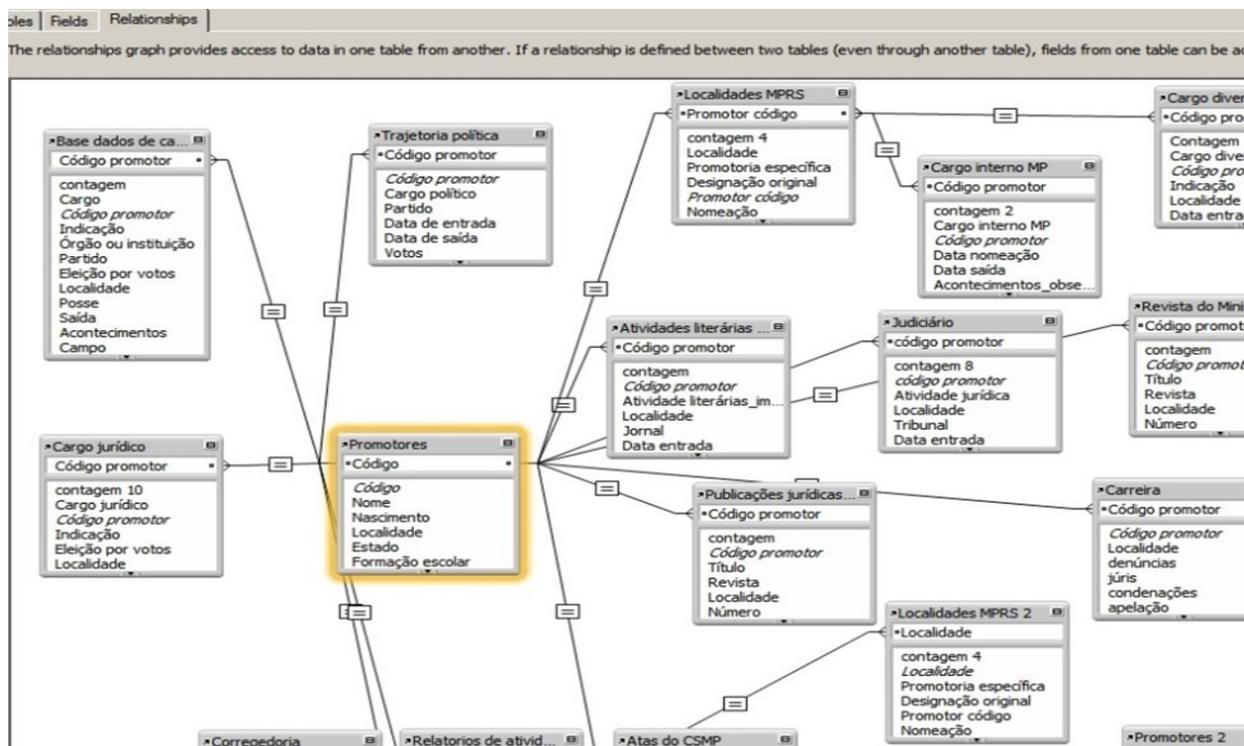


Imagem 2 – Relações entre tabelas Filemaker da base de dados ABDON
Fonte: Base de dados ABDON.

¹⁷ Em uma base de dados relacional, chave-primária é um valor/código atribuído a um campo de uma tabela que não pode ser repetido ou nulo, tornando-se referência para localizar as demais informações em uma base. O número de CPF, por exemplo, pode ser visto como uma chave-primária que identifica cada cidadão, permitindo acessar suas informações.

¹⁸ Trata-se da ligação entre duas tabelas distintas. Uma base de dados pode ser entendida como um conjunto de tabelas articuladas (GIL, 2015, p.50), sendo interligadas por chaves-primárias.

A chave-primária é o princípio integrador dessas tabelas, sendo um código numérico único que atribuímos ao agente social. O “designador rígido” que Pierre Bourdieu (2001, p.185) atribui ao indivíduo através do seu nome, em nossa base de dados passou a ser um código numérico, uma simplificação “honesta” capaz de representar o agente nos diferentes espaços sociais da vida e nas tabelas que tentam fixá-las, como suas trajetórias dentro do MPRS. Desse modo, cada membro da instituição recebeu um código, como a promotora pública Sophia Galanternick, a quem foi atribuído o código 10 (imagem 4):

promotorias por que passou ou cargos políticos que ocupou. Para isso, criou-se uma tabela central (“Promotores”), nos moldes do dossiê, para referenciar as demais tabelas, reunidas em um único ambiente para digitação. Nesse ambiente, é possível também modificar as informações obtidas sobre cada membro e fazer consultas simples ou avançadas, como verificar que membros do MPRS nasceram em Porto Alegre ou se formaram em Direito entre um determinado intervalo de tempo.

Importante destacar que a base de dados também deve gerar dados próprios, não só aqueles que são

The screenshot shows a database record for Sophia Galanternick. The record is organized into several sections:

- Personal Information:** Código 10, Nome Sophia Galanternick, Nascimento 29/7/1914, Localidade Pelotas, Estado RS, Ativ. Promotor, Geração 1941.
- Education:** Formação escolar (empty), Ano escola (empty), Formação acadêmica Faculdade de Direito Pelotas, Formado com 23 Anos, Ano formatura 31/12/1936.
- Family:** Nome do pai Miguel Galanternick, Família Galanternick, Atividade pai Comerciante, Descendentes (empty), Nome da mãe Frida Steinbruck Galanternick, Obs. descendentes (empty).
- Observations:** Observações antepassados: Família judaica tradicional de Pelotas. O pai era membro da maçonaria, pertencente a Loja Fraternidade, primeira diretoria de fevereiro de 1933. (Dielstbach, p.423) Marido - Alberto G. Sturm, advogado (ainda era acadêmico a época que ela era promotora). Observações: Data formatura a confirmar, protegida por Solon Macedônia, casada com André Sturm (formado pela Faculdade de Direito de POA em 1939?), tentou reingressar no mandato de Ajadil de Lemos, mas não foi aprovada nos exames médicos. Solon Macedônia era maom, grac-mestre da Grande Loja Maçonica do Estado do R entre 17.07.1954 a 05.06.1955 (http://www.glojars.org.br/site/content/home/galeria.ph). Observações 2: Propaganda no jornal Diário Libertal, do PRL de Pelotas (11.11.1937). Solon indicou ela a Miguel Tostes, secretário do interior. Eram amigos. (Livro IV - Memórias Mulheres no MP apresentação). Fontes: Por ocasião de sua nomeação, Solon Macedônia, Bruno Lima e Amara! Braga convidaram Abdon de Mello, para um banquete - o PGE não poderia ir, mas pediu que o promotor de Pelotas (Fernando Borba) estivesse presente. foto 05.07.1938 DSC18476.
- Career History:** Data de ingresso no MP 2/7/1938, Ingressou com 24 Anos, Indicado por quem Solon Macedônia, amigo de Abdon de Mello, Ingresso concurso 31/3/1941, Colocação concurso 8, Data realização 05/03/1941, Nota (empty), Saída do MP 11/07/1941, Tempo na carreira (aprox) 1105 dias, Motivo Avulsão a pedido, Falecimento 01/01/2003, Local de falecimento (empty).
- Trajectoria promotorias:**

Carazinho	2/7/1938	31/3/1941	Designação	1003
Carazinho	31/3/1941	23/6/1941	Nomeação por concurso	84
Jaguari	23/6/1941	11/7/1941	Remoção	18
- Cargos no Ministério Público:** (Empty table)

Imagem 4 – Registro de Sophia Galanternick
Fonte: Base de dados ABDON.

O código atribuído a cada membro do MPRS permite acessar as diferentes dimensões de sua formação (familiar, acadêmica) e suas trajetórias, como as

preenchidos pelo autor. Os cálculos de tempo foram apontados em campos específicos a partir das datas que informamos em outros campos – por exemplo, o tempo

¹⁹SQL (*Structured Query Language*): Uma das linguagens padrão para banco de dados relacional, concebido por Donald Chamberlin e Raymond Boice para IBM em 1971, a partir dos conceitos propostos por Edgar Codd.

²⁰Software de base de dados relacional da FileMaker Inc. (subsidiária da Apple) que combina criação/gerenciamento de dados e interface gráfica editável.

²¹Uma tabela é composta de campos (ou colunas) e registros (ou tuplas). Cada campo tem seus dados pré-definidos, que valores podem ou não ser utilizados durante o preenchimento. Cada registro/tupla, por sua vez, é uma linha de campos que armazenam valores. Por exemplo, uma tabela sobre a trajetória institucional de um promotor público deverá ter campos definidos que deem conta de informações, como data de nomeação para uma promotoria, localidade da promotoria e tempo de permanência. Os campos devem prever determinada qualidade de informação, como só aceitar datas para informações de tempo. Já os registros/tuplas se dão conforme a quantidade de promotorias que o promotor público exerceu em sua carreira. Conforme o preenchimento, uma tabela pode ter muitos de registros.

de permanência em uma promotoria, num posto político ou na própria carreira, foi contabilizada em dias corridos, a partir do cálculo feito automaticamente entre a data de entrada e de saída. Embora pareçam evidentes, são informações que podem escapar quando se pensa em apenas preencher campos (esquecendo que também cálculos e médias podem ser acumulados) assim como trazem novos desafios – a falta de uma data exige uma estimativa pelo historiador, que se mal feita, pode alterar o resultado de uma futura comparação.

Assim, foi possível gerar a base e, ao longo do tempo, abastecê-la com dados das fontes. Conforme o objetivo da pesquisa, foi possível acompanhar os agentes do MPRS nos diversos espaços que ocupavam e perceber algumas de suas ações tanto para obtenção de vantagens à instituição quanto para si. Por exemplo, a trajetória política de um promotor pode mostrar como se valiam do meio político para obter vantagens legais ao MPRS (tabela 4). Ou no campo simbólico, indicar o expediente contínuo da reafirmação dos valores *lyria-*

Código promotor	Localidade	Vara/Câmara	Data de entrada	Data de saída	Movimentação	Promoção (Merecimento /Antiguidade)	Observações	Tempo de serviço (dias)
21	Uruguiana		12/09/1934	15/12/1935	Nomeação interino			459
21	Erechim		05/09/1938	31/03/1941	Nomeação		Inquérito contra delegado de polícia (02.01.1941)	938
21	Erechim		31/03/1941	18/09/1942	Nomeação		Inquérito contra policiais do DOPS	536
21	Guaporé		20/05/1942	30/11/1944	Remoção			925
21	Erechim		18/09/1942	27/05/1943	Promoção 2. ^a entrância	A		251
21	Cruz Alta		27/05/1943	21/09/1945	Designação			848
21	Cruz Alta		21/09/1945	04/10/1945	Promoção 3. ^a entrância	M		13
21	Porto Alegre	4. ^a Promotoria	04/10/1945	24/03/1947	Designação em comissão		-Atua no inquérito sobre os desmandos da Polícia contra os "súditos do Eixo" durante o Estado Novo - Candidato a deputado estadual (PSD)	536
21	Porto Alegre		15/10/1948	27/04/1950	Promoção 4. ^a entrância	M	1. ^a vez nomeado membro CSMP (1949-1951)	559
21	Porto Alegre	7. ^a Vara Criminal	27/04/1950	28/02/1955	Designação		Atua no caso Ernani Baumann	1768
21	Porto Alegre		28/02/1955	04/03/1955	Promoção (Procurador de Estado)	M		4
21	Porto Alegre	2. ^o Câmara Cível	04/03/1955	30/07/1956	Designação			514
21	Porto Alegre		30/07/1956	05/04/1963	Designação			2440
21	Porto Alegre	PROCURA-DOR-GERAL DO ESTADO	05/04/1963	01/03/1967	Designação em comissão		Não se opõe às perseguições do Regime Militar contra agentes do MPRS	1426
21	Porto Alegre		01/03/1967	19/08/1968	Não informado		Aposentadoria 19.08.1968	537

Tabela 3 – Registros/tuplas da Tabela Filemaker “Trajetórias promotorias” (simplificada) – José Barros Vasconcellos (código 21)
Fonte: Base de dados ABDON.

nos²² capazes de orientar o promotor no caminho da correção, combatividade e disciplina.

que o objetivo da pesquisa em questão procure recuperar o promotor, não o poeta ou o político que vivia no

Código promotor	Cargo Político	Partido	Data de entrada	Data de saída	Votos	Localidade /Base eleitoral	“Padrinho”/ Grupo	Projetos de interesse MPRS	Observações gerais/eventos
14	Deputado Estadual	PDC	01.02.1959	22.12.1962	8042	Caxias do Sul	Henrique Fonseca de Araújo	Sim	Projeto de Lei aprovado – EMENDA CONSTITUCIONAL n.º 8 (23.11.1961): Mudança nas regras de promoção para o cargo de Procurador do Estado, passando alternar antiguidade e merecimento

Tabela 4 – Um registro/tupla da Tabela “Trajetória Política” – Mário Mondino (código 14)
Fonte: Base de dados ABDON.

Ainda que, em uma prosopografia, infelizmente tenhamos que privilegiar operações de apreensão de dados quantificáveis, é possível reconhecer que nem todas as informações acumuladas na pesquisa remetem a dados intercambiáveis. A base de dados pode ser um potente repositório dos fragmentos biográficos coletados ao longo do processo de pesquisa, criando-se tabelas e campos específicos para armazenar memórias, peças acusatórias, relatórios, fotografias e poesias de um agente do MPRS. Pensamos em nossa pesquisa sobre ocupações ou localidades, mas elas podem envolver “eventos” do cotidiano. Podem envolver experiências comuns, quantificáveis, mas também experimentos únicos.

Assim devemos reconhecer que uma base de dados, embora não seja a solução de todos os problemas, tampouco é uma desgraça “desumanizadora”. É importante apontar que a base relacional pode proporcionar um pouco mais de espaço de manobra, conforme o tempo, a habilidade do historiador, as fontes e a capacidade da base de dados, para que se vislumbre um indivíduo que não se reduz ao “institucionalizado”. Ainda

agente, ignorar essas dimensões seria deixar de perceber recursos importantes tanto para ascensão social deste indivíduo no MPRS quanto fora dele.

Outros recursos eletrônicos empregados

Outros recursos computacionais contribuíram para alimentar a base ABDON e potencializar algumas análises das informações disponíveis. Dentre os utilizados (e sem contar o processador de textos), destacamos dois recursos aparentemente ordinários que foram úteis na pesquisa:

Reconhecimento Óptico de Caracteres²³ – para determinadas publicações, de interesse para a pesquisa, foi utilizado o recurso de digitalizar fontes. Livros comemorativos como *A Faculdade de Direito de Porto Alegre: Subsídios para sua História* (SANTOS, 2000) foram particularmente úteis por conterem informações seriadas, como as listas de formados, o que permitiu identificar uma expressiva parcela dos agentes do MPRS. Devidamente digitalizadas as listagens de interesse, um programa capaz de converter a imagem em texto (ABBYY FineReader) trouxe-as para um formato

²² Pautados em obras como Roberto Lyra e sua “Teoria e Prática da Promotoria Pública” de 1937, que se tornaram referência aos membros do MP.

²³ OCR (*Optical Character Recognition*): tecnologia que converte imagens de textos (como fotografias de documentos ou textos escaneados) em versões de texto editáveis.

manuseável para base de dados. Na mesma operação, verbetes de dicionários biográficos (MARTINS, 1978) e alguns tipos documentais, como as atas das sessões do Conselho Superior do MPRS (CSMP) entre 15.05.1948 e 29.12.1964 (em número de 935) também foram processados e incorporados.

Planilha eletrônica – a base de dados valeu-se de planilhas eletrônicas (Microsoft Excel)²⁴ para trocar informações, gerar comparações, visualizar resultados, produzir gráficos, etc. Em termos de aquisição de dados, a planilha eletrônica funcionou como intermediária para organizar os dados obtidos na pesquisa (a partir de fontes digitalizadas ou copiadas de outras bases, como o Banco de Dados Eleitorais do NUPERGS)²⁵. As colu-

sitasse de muitas correções, trouxe mais 1400 registros sobre as carreiras institucionais, como promotorias ocupadas e promoções.

Para análise, optamos por utilizar o Excel e não o Filemaker, em razão de maior facilidade de manuseio do primeiro programa. Através dos relatórios gerados pela base ABDON, a partir do recorte determinado pelo pesquisador, foi possível realizar várias operações próprias de dados quantificáveis, como somatórios e médias, sem contar os atrativos recursos gráficos notoriamente consagrados. Os tempos de carreiras, importante indicador do processo de institucionalização, foram os exemplos mais expressivos dessa operação de migração entre tabelas Filemaker e Excel.

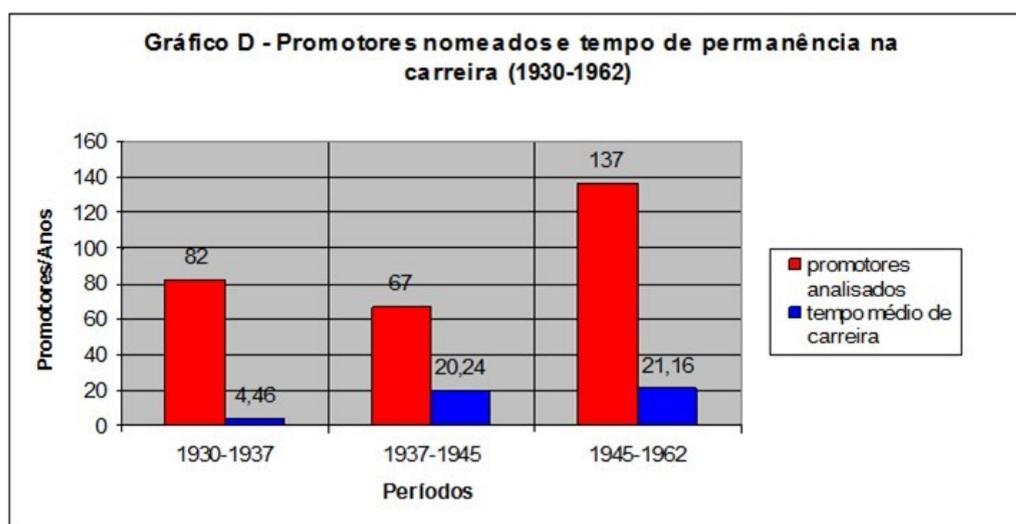


Imagem 5 – Exemplo gerado pelo Excel a partir do relatório sobre trajetórias na base ABDON
Fonte: Base de dados ABDON.

nas da planilha eletrônica representam campos que podem ser convertidos para a base ABDON. Com alguns cuidados (como a questão da chave-primária), a execução de uma migração significou poupar considerável tempo em digitação. Esse recurso foi eficiente para incorporar uma base de dados antiga disponível no site do MPRS (não mais existente), referente à trajetória dos promotores em comarcas do interior. Ainda que neces-

No entanto, o recurso mais poderoso (e desconhecido) de uma planilha encontra-se na “tabela dinâmica” (GIL, 2011). Trata-se de uma ferramenta capaz de gerar resumos a partir de uma série de dados complexos, capaz de responder a diversas questões. Quantos membros do MPRS militaram em partidos políticos? E em que partidos? Quais cargos eletivos? Se

²⁴Software de planilha de cálculos (planilha eletrônica) criado pela Microsoft em 1985.

²⁵Disponível em <<http://www.ufrgs.br/nupergs/banco/index.php>>. Acesso em 10.09.2011.

os relatórios da base podem ser migrados para a planilha, a ferramenta “tabela dinâmica” pode contabilizar e entregar um resumo dos dados, que antes seriam contados pelo historiador um a um.

Um exemplo de uso desse recurso foi aferir quais agentes do MPRS se valeram de publicação institucional (a Revista do MP), já que era um importante índice de prestígio, pela visibilidade que a publicação detinha entre os pares e os meios jurídicos. A partir da tabela “Publicações especializadas”, foram encontrados 263 registros referentes a 38 edições da revista. Os dados reunidos pelo Filemaker foram passados à planilha eletrônica.

A “tabela dinâmica” também possibilita incursionar no campo de análise das redes sociais, na medida em que pode apontar uma série de relações estabelecidas entre os agentes dentro e fora do MPRS, evidenciar capitais/recursos sociais ou posições institucionais ocupadas. A título de exemplo, ela traduziu uma amostra da base ABDON de cinco membros mais notáveis do CSMP e sua relação com promotores identificados com partidos-políticos através de programas como Ucinet e Netdraw.²⁶

Código promotor	Título	Nome publicação	Local	Data	Referência (volume)
12	Independência funcional	Revista do MP	Porto Alegre	1943	6
1	O aborto em face do Novo Código Penal	Revista do MP	Porto Alegre	1942	4
1	Advocacia de prefeitos municipais e defesa de solicitador perante o júri	Revista do MP	Porto Alegre	1944	10
1	Aspectos legais do infanticídio	Revista do MP	Porto Alegre	1942	1
1	Razões de apelação no recurso da sentença proferida pelo Tribunal do Júri no processo-crime movido pela Justiça Pública contra o Tenente Coronel Creso de Barros Jorge Monteiro e Antunes Pereira da Costa	Revista do MP	Porto Alegre	1943	8
52	Livramento condicional	Revista do MP	Porto Alegre	1943	8
22	O crime passional em face do novo Código Penal	Revista do MP	Porto Alegre	1944	11

Tabela 5 – Relatório a partir da tabela “Publicações especializadas” na base ABDON (amostra dos 263 registros)
Fonte: Base de dados ABDON.

A partir da execução da “tabela dinâmica” no Excel, obteve-se o resultado final:

Código promotor	Nome	Artigos 1941-1951
60	Abdon de Mello	41
38	Álvaro de Moura e Silva	20
52	Dámaso Rocha	13
120	Gabriel Mesquita da Cunha	17
176	Luiz Lopes Palmeiro	8
22	Júlio Marino de Carvalho	7
16	Florianio Maia D'Ávila	7
1	Henrique Fonseca de Araújo	6

Tabela 6 – Resultado final – Artigos (doutrina, pareceres, promoções, editoriais, opinião) dos oito principais contribuintes na Revista do MP

²⁶O Ucinet é um software para análise de redes sociais criado por Lin Freeman no início dos anos 1980, enquanto o Netdraw é um software voltado à visualização das redes sociais, a partir das informações do Ucinet ou outro software de análise. Encontram-se acessíveis em <<https://sites.google.com/site/ucinetsoftware/>> e <<https://sites.google.com/site/netdrawsoftware/home>> Acesso em 20.01.2019.

Algumas análises a partir da base de dados

O trabalho de preenchimento de dados demorou cerca de um ano, talvez a parte mais árdua da pesquisa, pois consiste em apropriar criticamente os dados das fontes utilizadas, especialmente dicionários biográficos e memórias que incorrem no problema da “ilusão biográfica” de Pierre Bourdieu (2001) (sem contar os erros e divergências entre as fontes). Também foi um momento de ajustes, de reconhecer os limites e as possibilidades do trabalho – algumas tabelas foram priorizadas, como a dimensão política do promotor. O número de registros variou, conforme sua natureza – apenas a tabela “Trajetória promotorias”, que demarca a vida dos agentes do MPRS pelas promotorias ocupadas, alcançou 2622 registros; em relação à tabela “Atividades literárias e imprensa”, decepcionantes 74 registros.

Quando começamos a extrair informações da base de dados, a partir de alguns cruzamento e seleções, algumas informações importantes foram alcançadas. O resultado que obtivemos ao cruzar os dados sobre 126 agentes do MPRS atuantes durante o Estado Novo é um exemplo: servindo para demonstrar que o período foi determinante para o processo de institucionalização, por meio de eliminação de uma velha cepa de promotores diletantes e incorporação de um jovem grupo técnico:

O resultado permitiu identificar um perfil social equivalente ao “estrato médio da elite” (CODATO, 2009) entre os jovens, que buscavam alocar-se nas oportunidades abertas à classe média na burocracia de Estado. Suas trajetórias repetiram o processo de sociabilização das elites locais, sendo que 28 deles passaram pelo Colégio Anchieta de Porto Alegre e 60 pela Faculdade de Direito de Porto Alegre (TRINDADE, 1982; ENGELMANN, 2001; GRIJÓ, 2005).

Chama atenção, dentro da lógica da modernização conservadora, o fato que 72 membros (93,5%) já haviam sido nomeados interinamente para uma promotoria pública e tinham um tempo na instituição médio de 2,5 anos até a formalização no cargo através de um concurso público. Desses, 39 (51%) entraram entre os anos de 1938 a 1942, ocupando assim as vagas deixadas pela expansão de promotorias e a depuração entre 1938 e 1940. Embora alguns concursados tenham sido também expelidos, como a primeira promotora pública do Estado, Sophia Galanternick (código 10), a média de tempo dos que permaneceram foi impressionante: um pouco mais de 23 anos de carreira, o que comprovou o sucesso do processo de institucionalização do MPRS. Seja por mera sobrevivência, seja por real identificação com os ideais da profissão, a carreira de promotor público

Dados	“Não concursados”	“Concursados”
Promotores	49	77
Não permaneceram	42	9
Permaneceram	7	68
Média de idade	38 anos	25 anos
Tempo de carreira	5,9 anos	23,22 anos
Índice de rábulas ²⁷	18,4% (9)	0

Tabela 7 – Agentes do MPRS atuantes durante o Estado Novo (1937-1945)
Fonte: Base de dados ABDON.

²⁷Rábula é a denominação para os indivíduos que não eram formados em Direito, mas atuavam como advogados. Um dos efeitos do processo de profissionalização do campo jurídico a partir dos anos 1930 foi exigir o diploma superior em Ciências Jurídicas e Sociais.

passou a fixar seus agentes na instituição, deixando para trás o entendimento de que se tratava de um estágio para a magistratura, a advocacia ou a política.

Por outro lado, um problema que se coloca é reconstruir nossos indivíduos decompostos em nossa base de dados. Partimos do pressuposto de que a base ABDON pode fornecer informações para dois tipos dentre outros modelos biográficos apontados por Giovanni Levi (2001, p. 174-178): a biografia modal e a de “casos extremos”. Ambos são capazes de servir como elemento comparativo em relação aos demais e decorrem de uma operação prosopográfica, por meio do qual se apresenta um indivíduo representativo do perfil encontrado no grupo, ou um que diverge radicalmente dele. Ambos possibilitam trazer novas perspectivas a regras sociais estabelecidas – o primeiro, por ser exemplar, as explicita; o segundo, por apontar as incongruências do processo de institucionalização.

Em nossa pesquisa, Henrique Fonseca de Araújo (código 1) aparece como um caso exemplar:

Em primeiro lugar, Henrique Fonseca de Araújo. Foi meu primeiro Procurador-Geral, e um homem que, até por ser político, e político conservador, porque ele era do Partido Libertador, ele sofria, dentro da classe, muitas contestações. Tinha um grupo forte que era contrário a ele. Mas foi um homem cujos conselhos eu nunca esqueci. Até, no dia em que nós tomamos posse, eu me lembro que ele nos disse o seguinte: 'Vocês vão exercer uma atividade que tem muito de social, e vocês nunca deixem de atender o cidadão pobre que vai bater às portas do MP. Tenham o máximo de interesse pela sua causa. Se não é caso de o MP atender diretamente, promovam pedido de assistência judiciária, etc. Quer dizer, um pobre nunca deve ficar em abandono diante de um Promotor.' E nunca esqueci essa recomendação do Henrique. (Sérgio da Costa Franco sobre o promotor e ex-Procurador-Geral Henrique Fonseca de Araújo - FÉLIX, 2001b, p. 317)

As informações obtidas na base corroboraram essa posição como elite, destacando os mecanismos necessários para uma carreira bem-sucedida no MPRS. Ele foi um dos 20 agentes do MPRS que integraram a primeira elite do MPRS (os *founding fathers* – VIANNA, 2011; 2013) durante o Estado Novo; ele é um dos cinco membros do MPRS pós-Estado Novo mais destacados, logrando galgar quase todas as posições de prestígio e poder possíveis na instituição. Entre os feitos, foi aprovado em primeiro lugar no primeiro concurso para carreira de promotor público em 1941, alcançou seis mandatos no CSMP (1955-1965) e se tornou o primeiro membro da carreira do MPRS a ser escolhido para o cargo de Procurador-Geral do Estado pelo chefe do Executivo (1955). Não por acaso, as memórias dos agentes do MPRS (como a citada acima) o referenciam como um modelo a ser seguido.

No entanto, ele serve para mostrar como política partidária e MPRS ainda tinham aderência. Entre 215 promotores identificados entre 1945 e 1961, 32% tinham algum envolvimento político, sendo que 13 se tornaram deputados estaduais, dentre eles Henrique Fonseca Araújo. Após obter prestígio jurídico através de sua atuação na promotoria de Porto Alegre ao final do Estado Novo, acabou ingressando no Partido Libertador e logrou eleger-se deputado estadual constituinte em 1947 com 2455 votos.

Esse trânsito poderia significar apoio tanto para o processo de institucionalização quanto para benefício próprio. Na Assembleia Constituinte de 1947, Henrique Fonseca liderou o projeto de lei que retirou do Procurador-Geral do Estado o poder de decidir sobre as carreiras dos promotores públicos, criando o CSMP, “um órgão colegiado da confiança da classe”²⁸. Em

²⁸Anais da Assembleia Legislativa em 07.11.1947, p.320.

contrapartida, como prócer do Partido Libertador, não hesitou em representar sua grei dentro do MPRS, apoiando a carreira de nove promotores partidários que, em troca, funcionavam como cabos eleitorais em época de eleições. Em ambiente de polarização política do Rio Grande do Sul (CANEPA, 2005), ele sofreu hostilidades de agentes do MPRS ligados ao PTB, da mesma forma que não titubeou em atabalhoar algumas carreiras de desafetos quando membro do CSMP. Henrique Fonseca manejou tão bem suas redes políticas que, após aposentar-se em 1965, migrou para o governo federal, acompanhando Mem de Sá no Ministério da Justiça. Dez anos depois, era escolhido para ser Procurador-Geral da República do governo Ernesto Geisel (1973-1979).

Por outro lado, em relação aos casos “extremos” (nem sempre oposto do indivíduo bem-sucedido) pode-se apontar o perigo de se reduzir o elemento de sua divergência em uma dimensão apenas. O caso de Sophia Galanternick (código 10) é um exemplo (!) deste risco: muitas das memórias sobre a presença feminina no MPRS apontam que ela foi expelida em razão do ambiente machista ou antisemita da época (SOUTO, 2005, p.29). No entanto, essas explicações ignoram o fato de ela ter conseguido ser escolhida promotora para Carazinho em julho de 1938 e permanecido três anos no MPRS, sendo inclusive aprovada em 8.º lugar no concurso público de 1941. Se olharmos apenas pela lógica da exclusão (e a base de dados pode reforçar isso), tendemos ignorar que a mesma se valeu do mesmo padrão dos demais: competência jurídica aliada a uma origem familiar notável (pai, um rico comerciante judeu em Pelotas) e um “padrinho” forte, Solon Macedônia, magistrado e professor da Faculdade de Direito de Pelotas. Foi ele que interferiu com Miguel Tostes, secretário do Interior e amigo pessoal, para nomear Sophia Galanternick. Também havia aspirações de Solon Macedônia para

assumir o comando do MPRS, mas seu rival Anor Butler Maciel, ex-integralista e católico conservador, logrou ser nomeado em 1939. A partir daí, passaram a atacar-se mutuamente nos bastidores dos meios jurídicos, prejudicando a carreira de Sophia Galanternick. Desse modo, a saída da promotora não só envolveu a dimensão feminina ou imigrante, mas a luta que se dava pelo controle do MPRS.

Se observados esses cuidados, o caso “extremo” é excelente pela divergência do todo, revelando as contradições de uma “dinâmica órfã” (BADIE; HERMET, 1993), típicas quando um modelo idealizado exterior é aplicado a uma realidade local. A trajetória do promotor código 218 traz um caso desse movimento: aposentado “a bem do serviço público” em 1965, o CSMP considerou-o portador de um “DEFEITO MORAL, que o incompatibiliza para as árduas funções de agente do MP, a nobre missão de representante da Lei e órgão da sua execução.”

Acompanhar sua trajetória traz um total desalento aos que acreditavam no ideal de promotor público. Sua carreira foi pontuada por todo tipo de desavenças com autoridades locais, magistratura e o próprio MPRS em todas as promotorias em que atuou. Até chegar a Erechim em 1960, já havia colecionado oito advertências (das 120 identificadas na base, um número ainda incompleto), com penas de censura, multa e suspensão. Nos júris, seu desempenho era beligerante – em uma ocasião, em Carazinho, no ano de 1952, o magistrado que conduzia a sessão pediu que as partes entregassem as armas para evitar um mal maior: o promotor entendeu tratar-se de uma tentativa de humilhá-lo, o que o levou a abandonar o júri, resultando na anulação do processo. Em outro episódio, em 1958, o promotor resolveu ajustar as contas com o advogado Raimundo Martins de Quadros, sacou a arma

e trocou tiros com seu desafeto dentro do fórum (Carazinho, novamente), deixando três feridos.

No entanto, não se trata de pensá-lo como um exemplo “negativo” daquilo que o MPRS tentava se livrar em prol de promotores disciplinados. Comparando-o a outros 11 episódios que a base ABDON trouxe, seguidos dos inquéritos, discussões e punições propostas pelos membros do CSMP, ficou evidente as contradições do processo de institucionalização. A criação da Corregedoria em 1959²⁹, as visitas de conselheiros e do corregedor para discussões técnicas e inspeções (SOUTO, 2004), o incentivo a ações beneméritas (como atuar em escolas, fundar associações, participar da vida social) são iniciativas neste sentido. Por outro lado, elas se chocavam com uma aceitação da agressividade do promotor, como mostra do espírito de Justiça e de combatividade do promotor necessária para garantir vista do MP no campo jurídico (FÉLIX, 2001a; 2001b). Não por acaso, Caio Brandão de Mello (código 23), um dos membros da elite do MPRS e primeiro corregedor da instituição, não titubeava em sacar sua arma contra seus adversários.

A demissão do promotor código 218 não seria pela beligerância. Foi possível perceber pela base ABDON que o MPRS era muito mais intolerante em relação a questões financeiras, cobrando de seus agentes uma “conduta ilibada”, sem permitir que cobrassem em processos que atuavam como promotores e que se endividassem na praça. O azar do promotor código 218 não foi ser “esquentado”, mas ser dado à prática de trambiques: um deles foi se valer de

seus poderes como promotor durante o Estado Novo para extorquir pobres colonos na obtenção de papéis de naturalização, o que resultou na primeira demissão em 1943. Ele retomou a carreira em 1951, aprovado em concurso e se manteve até 1965, quando foi descoberto que havia apropriado diárias indevidas. Não havia justificativas, especialmente se percebermos que os salários do MPRS valorizaram-se 314,75% entre 1945 e 1964, quase em paridade com os juízes de Direito, incentivando os promotores a abandonar a advocacia cível como complemento de renda. O caso rendeu a aposentadoria do promotor código 218, afastando-o definitivamente do MPRS.

Conclusão

Nosso propósito foi apresentar uma reflexão sobre o uso de uma base de dados em uma experiência particular de pesquisa. Em seus aspectos gerais, o uso de bases de dados e outros recursos eletrônicos contribuem para dinamizar o tempo de pesquisa, funcionando como repositório capazes de serem colocadas à prova através de cruzamentos e seleções de informações. Isso não significa o historiador abdicar de criar seus problemas de pesquisa, pois a constituição de uma base de dados significa, antes de tudo, um olhar qualificado sobre as fontes, os princípios teóricos-metodológicos e a própria escrita, a fim de pensar sua estrutura (que campos irão existir, que tabelas serão criadas) e as possibilidades de análise a partir dela.

A base ABDON foi concebida a partir da colocação de um problema pertinente para entender a formação de uma instituição, utilizada como

²⁹Criada pelo decreto 10.502, de 10.06.1959, a Corregedoria propunha fiscalizar e orientar as ações dos membros do MPRS. Para isso, realizava orientações e formações técnicas, verificava as condições materiais e funcionais de atuação, recebia denúncias, procedia correções e sindicâncias em promotorias e encaminhava pareceres ao CSMP sobre condutas de promotores e de procuradores. Reforçando o processo de institucionalização do MPRS, a Corregedoria funcionaria como um mediador entre o Procurador-Geral e o CSMP, de maneira a efetivar um caráter mais profissional e ético dos promotores públicos, diminuindo os conflitos políticos na instituição. (SOUTO, 2004).

instrumento auxiliar para composição de perfis prosopográficos, permitiu trazer algumas quantificações, estabelecer alguns casos exemplares e casos limites. Embora na prática os resultados apareçam como o aspecto mais sedutor, o processo de construção da base foi importante para permitir melhor atentar às originalidades de cada indivíduo, representado como uma chave-primária de uma base

relacional (um código) e disperso em tabelas que representam espaços sociais que frequentou e em campos que indicam seus atributos sociais. Uma base de dados, se bem planejada, pode recompor esse indivíduo fragmentado em relação ao seu grupo para que mostre as regras sociais e institucionais, com sua força e suas contradições, como as que envolveram o processo de formação do MPRS.

Referências bibliográficas

- BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. *Política Comparada*. México (D.F.): Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BARLETA, Leonardo. Bases de datos y organización de la información histórica: por um modelo (supuestamente) universal. In: GIL, Tiago L.; BRESCIANO, Juan Andrés (org.). *La Historiografía ante el giro digital: reflexiones teóricas y prácticas metodológicas*. Montevideu: Cruz del Sur, 2015. p.159-192.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. 4.^a ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. p.183-192.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- CAMPBELL-KELLY, Martin. *From airline reservations to Sonic the Hedgehog: a history of the software*. Cambridge: The MIT Press, 2003.
- CANEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e Representação Política – a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- CHARLE, Christophe. Pour une histoire sociale des professions juridiques à l'époque contemporaine. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1989, v. 76, n.º 1. p. 117 – 119.
- CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flavio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2006. p.41-54.
- CENTRE Régional de Publication de Paris. *Informatique et Prosopographie*. Paris: Édition du CNRS, 1984.
- COCAUD, Martine (org). *Histoire et Informatique: bases de données, recherche documentaire, multimédia*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1994.
- CODATO, Adriano N. A Elite destituída: a classe política paulista nos anos trinta. In: CALDEIRA, J. R. (org.). *História do Estado de São Paulo*. São Paulo: Unesp, 2009. Disponível em: <<http://adrianocodato.blogspot.com/2009/03/elite-destituída-classe-política.html>> Acesso em 03 ago. 2009.
- DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 21-38.
- ENGELMANN, Fabiano. *A Formação da Elite Jurídica no Rio Grande do Sul*. 2001. Dissertação de mestrado – Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- FÉLIX, Loiva Otero; GRIJÓ, Luiz Alberto. *Histórias de vida: Entrevistas e Depoimentos de Magistrados Gaúchos*. Porto Alegre: Projeto Memória do Judiciário Gaúcho, 1999. v. 1
- FELIX, Loiva Otero. *Histórias de Vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul – Os Alicerces da construção*. Porto Alegre: Ministério Público do RS, 2001b.
- FELIX, Loiva Otero. *Histórias de Vida do Ministério Público do Rio Grande do Sul – Rememorações para o futuro*. Porto Alegre: Ministério Público do RS, 2001a.
- GIL, Tiago L.; BRESCIANO, Juan Andrés (org.). *La Historiografía ante el giro digital: reflexiones teóricas y prácticas metodológicas*. Montevideu: Cruz del Sur, 2015a.
- GIL, Tiago L. Mídias digitais, bancos de dados e documentos históricos: uma avaliação do Estado da arte e algumas propostas de trabalho. In: SILVA, Marilda Santana da; RODRIGUES, Ana Célia (Org.). *História, arquivos e mídias digitais*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2013. p. 57-73.
- GIL, Tiago L. O uso de Bases de dados no estudo de elites: algumas discussões teóricas e metodológicas. In: *Colóquio Interdisciplinar Elites: História e Método – II Reunião Anual do Projeto PROCAD-NF/CAPES – PUCRS/LabConeSul*, 28 e 29.11.2011.
- GIL, Tiago L. Como se faz um banco de dados (em História). Porto Alegre: Ladeira Livros, 2015b.
- GREENSTEIN, Daniel I. A source-oriented approach to history and computing: the relational database. *Historical Social Research*. V. 14 n.º 3 – 1989. p.9-16

- GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino Jurídico e Política Partidária no Brasil: A Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)*. 2005. 417f. Tese de doutorado – Niterói: UFF, 2005.
- HEINZ, Flavio M. Elites rurais entre representação e política: exercício prosopográfico. In: HEINZ, Flavio M. (Org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2006. p.123-142.
- KEATS-ROHAN, K. S. B. Prosopography and Computing: a marriage made in heaven? *History and Computing*. v.12 n.º 1, 2000. p.1-11.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. 4.ª ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. p.167-182.
- LEWIS, M. J.; Lloyd-Jones, Roger. *Using Computers in History: a Practical Guide*. London, New York: Rotledge, 2013.
- LORIGA, Sabrina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escala*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1998. p.225-250.
- MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1978.
- MELLO, Abdon de. *O Ministério Público Riograndense (Subsídios para a sua História)*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1943.
- SANTOS, João Pedro dos. *A Faculdade de Direito de Porto Alegre: Subsídios para sua História*. Porto Alegre: Síntese, 2000b.
- SILVA, Edson Armando. Banco de dados e pesquisa qualitativa em História: reflexões acerca de uma experiência. *Revista de História Regional*. v. 3 n.º 2, 1998. p.167-176.
- SOUTO, Cíntia V. Dra. Sophia Galanternick: uma mulher fora do lugar. In: *Revista do Ministério Público*. n.º 55, 2005. p. 11-16.
- SOUTO, Cíntia V. *Os 45 anos da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Rio Grande do Sul (1959-2004)*. Porto Alegre: Memorial do MPRS, 2004. Disponível em: <www.amprs.org.br/arquivos/comunicacao_noticia/cintiavs.pdf> Acesso em 02 mar. 2009.
- STONE, Lawrence. “Prosopografia”. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011.
- TAVARES, Célia C. da Silva. História e Informática. In: CARDOSO, Ciro Flammarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.) *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro : Elsevier, 2012. 301-317.
- TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.
- TRINDADE, Fernando C. Uma Contribuição à História da Faculdade de Filosofia da UFRGS. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Ano X, 1982. p. 39-53.
- VIANNA, Marcelo. *Os homens do Parquet - Trajetórias e processo de institucionalização do Ministério Público do Rio Grande do Sul (1930-1964)*. Porto Alegre: Memorial do MPRS/Corag, 2013.
- VIANNA, Marcelo. Promotores em uma instituição em formação: prosopografia e trajetórias dos membros do MPRS atuantes no Estado Novo. In.: HEINZ, Flavio M. *História Social das Elites*. São Leopoldo: Óikos, 2011. p.74-96.

Submissão: 12/04/2018

Aceite: 14/03/2019